

Paulo Marcos está à frente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) e tem sido um dos rostos das negociações com o sistema financeiro para aumentos salariais no setor e não só. A “nova guerra” é contra os despedimentos no Santander, que considera inaceitável para uma das operações que é a mais rentável do grupo. Elogia os bancários por estarem na linha da frente, mas lamenta que tenham sido esquecidos nas prioridades do plano de vacinação e agora como paga são despedidos. Dá ainda cartão vermelho aos bancos que aproveitam esta fase para levar a cabo processos de reestruturação e de não serem capazes de reinventar o seu modelo de negócio.



Paulo Marcos. “Os até 150 trabalhadores a despedir no Santander são apenas a ponta do icebergue”

O presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários garante que as provisões feitas pelo banco para os despedimentos não é para abranger entre 100 a 150 pessoas, mas trata-se de “um processo muito, mas muito maior”

SÓNIA PERES PINTO (Texto)
sonia.pinto@ionline.pt

BRUNO GONÇALVES (Fotografia)
bruno.goncalves@ionline.pt

Os protestos organizados pelo Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos e Bancários (SNQTB) arrancam hoje em Lisboa. Nos dias seguintes será a vez do Porto, Coimbra e Faro. Na próxima semana será a vez de outras cidades, mas Paulo Marcos garante que irá também abranger cidades espanholas, onde está localizado o centro de decisão, nem descarta avançar com uma greve por tempo indeterminado, apesar de reconhecer que será “a última arma a utilizar”. Para o responsável não faz sentido que uma operação que deu, nos últimos cinco anos, cerca de dois mil milhões de euros em dividendos ao acionista espanhol esteja a ser tratado desta forma. Lembra que o banco em Portugal é um dos mais rentáveis da Europa e quer fazer em meses uma reestruturação que levaria anos, daí já ter pedido audições ao Presidente da República, primeiro-ministro e grupos parlamentares para explicar a situação que considera inadmissível. Paulo Marcos fala também dos desafios do teletrabalho e dos riscos do fim das moratórias.

Arrancam hoje as primeiras manifestações contra os despedimentos no Santander. Houve alguma tentativa de negociação?

Sim, desde outubro que temos tido várias conversas com a administração sobre o redimensionamento do banco. O sindicato tem de perceber que plano é este, até porque nos parece um verdadeiro processo de reestruturação. O banco tem negado isso e foi dizendo em reuniões que teve connosco e com outros sindicatos que iria haver um mero desenho organizativo. Apesar desta mensagem, os indícios no terreno confirmavam que havia um número anormalmente grande de pessoas convidadas a rescindirem e com uma dimensão que nunca tínhamos visto. O Santander em outubro recorreu a um conhecido escritório de advocacia que ostenta no seu currículo especialização em reestruturações, nomeadamente no setor financeiro. Esse escritório há uns anos recorreu a práticas que, à época, foram bastante contestadas. Isto mostra que estamos a assistir claramente a uma alteração do modelo, em vez de existirem conversas dentro do Santander entre os recursos humanos e os traba-

lhadores passou a haver um envolvimento de pessoas externas com um nível de assertividade nunca antes visto.

Os trabalhadores que vão ser dispensados são de áreas específicas?

Apesar de termos pedido reiteradamente em todas as reuniões com o banco Santander Totta informações sobre este plano, o banco esquivando-se eventualmente às suas responsabilidades legais, veio sempre afirmando que não há nenhuma reestruturação e que era apenas um redesenho. Isso inibiu os parceiros de participar, como a lei determina, desde o início, num processo de reestruturação. O banco tem possivelmente perto de uma centena de pessoas em casa em teletrabalho, mas com funções talvez algo reduzidas. Parece-nos que são estas as pessoas que estão a ser abordadas para rescindir, no entanto, falta-nos informação oficial. Sabemos que tem havido

“Verificámos que o banco dotou uma verba muito razoável destinada a custos de reestruturação”

“Temos de explicar aos poderes políticos e públicos que não há nenhuma razão para este processo”

“Um banco lucrativo está a passar o ónus para os contribuintes para pagar o desemprego e a requalificação”

uma primeira reunião em que as pessoas são confrontadas de chofre com uma oferta de rescisão para, numa segunda reunião, as pessoas dizerem de sua justiça: se aceitam ou não. Aconselhamos que nesses encontros os trabalhadores sejam acompanhados sempre por uma testemunha.

Por isso tem falado em assédio moral em todo este processo?

Criámos uma linha segura de assédio para denúncias. O assédio moral é crime, está tipificado, mas requer um conjunto de elementos provatórios – testemunhais ou documentais. O que temos pedido aos sócios é que, se porventura houver assédios, nos forneçam os elementos para avançarmos com as ações legais necessárias. A partir

do momento em que chamamos a atenção para que eventuais processos musculados que não eram admissíveis num estado de direito, nem numa empresa que diz ter responsabilidade social é justo dizer que houve uma imediata correção das práticas e, ao dia de hoje, não temos uma situação de assertividade excessiva. Mas continuamos a não gostar que as pessoas só tenham uma única opção profissional: a saída do banco. Estamos a falar de uma operação – Santander Totta – que é muito eficiente, bastante rentável e é provavelmente dos bancos mais eficientes de retalho de toda a Europa e de toda a OCDE. É uma empresa que é cabeça de cartaz em qualquer estudo, em qualquer referência internacional e não faz sentido que este contrato explícito e implícito entre os trabalhadores e a empresa sejam quebrados. Não estamos a falar de uma empresa em dificuldades, estamos a falar de uma empre-

sa que tem rácios de capital elevados, absolutamente ímpar no padrão europeu. É uma empresa que tem níveis de rentabilidade muito interessantes, apesar dos custos de contexto que a banca enfrenta em Portugal. É uma empresa incrivelmente eficiente, onde os depósitos e os créditos cresceram, o nível de moratórias baixou, onde o crédito em incumprimento é baixo. E nos últimos cinco anos deu cerca de dois mil milhões de euros em dividendos ao acionista espanhol, remunerou muito

adequadamente o investimento do capital espanhol feito em Portugal. Neste contexto é com grande estupefação que estamos a assistir a este processo, em que o banco não reconhece que há uma reestruturação, não envolve os sindicatos desde o início, não conseguimos perceber qual é o modelo que aí vem, não sabemos quais os balcões que vão fechar, nem que banco vai emergir. Não somos contra absolutamente nada, somos é contra processos que não envolvem quem deviam envolver.

O número de saídas acabou por ser anunciado na última apresentação de resultados...

No final do ano passado e no início deste ano verificámos que o banco contou com uma verba muito razoável destina-

da a custos de reestruturação. Foi aí que deduzimos que o número de pessoas que iriam ser abrangidas iriam ter significância. Agora estamos a falar de um reforço de magnitude gigante. Isto prefigura que não estaremos a falar de 100 a 150 pessoas, mas de um processo muito, mas muito maior. Este banco não tem nenhuma razão para cortar as expectativas legítimas de quem deu 20,25, 30 ou 34 anos de serviço ao banco.

A justificação

é a reestruturação do grupo?

Quero acreditar que é uma imposição do acionista estrangeiro. Nós portugueses temos o direito de nos indignar por sermos tratados desta maneira, o mesmo acontece com os trabalhadores bancários do Santander Totta por acrescentadas razões: fizeram um banco absolutamente extraordinário, foram geridos durante anos a fio por administrações muito competentes e agora há aqui um quebrar de uma tradição humanista responsável que tem dominado os últimos 20 anos em Portugal. Surge agora com um comportamento opaco, unilateral que não honra a tradição do banco, nem as sucessivas gerações de equipas de gestão e de trabalhadores que deram o sangue, o suor e as lágrimas pelo Santander. Não há nenhuma razão para este corte abrupto, independentemente de males e maleitas. O banco Santander global apresentou os resultados trimestrais de mil milhões de euros e as perspetivas dos analistas é que venha faturar este ano quatro mil milhões. Não faz sentido impor aos portugueses uma canga que não merecem.

Daí estarem a organizar uma manifestação entre 11 a 14 de maio...

Estamos a levar o protesto que os bancários nos pediram. Os bancários pedem ação, pois estão indignados. Comemorámos recentemente o 25 de Abril que para nós é uma data que não tem donos, é o símbolo da liberdade e estas manifestações são o grito de quem trabalha, de quem paga impostos, se sacrifica. Os bancários estão fartos.

A manifestação pode abranger bancários de outros bancos?

É um convite aos bancários e aos sócios do SNQTB para levarem o seu protesto e a sua indignação a todo o país. Primeiro em Lisboa, depois Porto, Coimbra e Faro. E depois às grandes cidades em falta: Setúbal, Braga, Leiria e também às ilhas, onde o banco Santander tem uma fortíssima presença.

continua na página seguinte >>

O presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários defende uma compensação de 67,4 euros mensais para quem está em teletrabalho e acha injusto que a poupança que as empresas têm em não terem os colaboradores no local de trabalho seja distribuído pelos acionistas

>> continuação da página anterior

Então as manifestações vão-se prolongar para a semana seguinte?

Sim. Este é o caminho que queremos fazer. Queremos mostrar ao banco, aos poderes públicos e à sociedade a indignação por alguém estar a tentar quebrar o contrato social, sem que haja a mínima fundamentação para isso.

E do lado do Governo tem havido alguma resposta?

Endereçámos pedidos de audiência ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e a todos os grupos parlamentares, espero que nos próximos dias se concretizem. Temos de explicar aos poderes políticos e públicos que não há nenhuma razão para este processo e que é um absurdo ter a magnitude que foi conhecida na apresentação dos resultados. Isto é uma magnitude nunca antes adivinhada, nunca antes falada, num processo absolutamente opaco, apesar dos sindicatos terem escrito em conjunto e reiteradamente ao banco para conhecerem que processo era este, quantas pessoas seriam afetadas, que estrutura organizativa iria emergir e que garantias dava o banco que após este processo sairia uma organização mais coesa e mais forte. E sobre estas perguntas que são absolutamente legítimas, resposta zero.

É raro assistirmos a esta união de todos os sindicatos e de falarem a uma só voz...

Acho que há tradições que vão evoluindo. É comum haver diferentes ADN's, mas os trabalhadores bancários estão indignados com mais este ataque, nomeadamente no banco que menos precisaria de o fazer. Os trabalhadores do Santander Totta estão assustados e indignados e compete aos sindicatos serem o canal de canalização do descontentamento. A Comissão de Trabalhadores tem feito sucessivas ações de protesto público, mas também compete aos sindicatos perceberem o sentimento dos bancários, expressá-lo e enquadrá-lo. **Se a mobilização for grande há balcões que podem não abrir?**

Esse não é um tema importante. Para um banco que está a fechar balcões a um ritmo acelerado, não me parece que esse seja o tema principal. O tema principal é expressar à sociedade portuguesa a nossa indignação por este tratamento que não tem razão nenhuma de o ser. Não estamos a falar de uma companhia, cujos aviões não levantam. Esta-

mos a falar de uma empresa, cujos trabalhadores montaram em tempo recorde dezenas de milhares de moratórias, dezenas de milhares de linhas de crédito com garantia estatal, que trabalharam na Sexta-Feira Santa para que tudo tivesse preparado para quando fosse necessário. Estamos a falar de dezenas de milhares de clientes que foram objeto destas medidas feitas por seres humanos. Não há nenhuma razão para que os mesmos bancários que montaram moratórias em tempo recorde, que tiveram os balcões sempre abertos em pandemia – mesmo na altura em que não havia equipamento de proteção pessoal: máscaras, desinfetantes, acrílicos – que sempre tiveram na linha da frente sejam agora despedidos. Estamos a falar de um grupo profissional que não foi vacinado, ao contrário de outros que prestam serviços públicos, porque não foram considerados prioritários no plano de vacinação. E apesar de isto tudo levam como recompensa um despedimento. Isto não tem sentido nenhum.

E esta centena de trabalhadores dificilmente serão enquadrados noutros bancos...

Um trabalhador já era demais, 150 trabalhadores são muitíssimo. Mas a provisão que é feita e que se junta à anterior, permite antever que isto é apenas a ponta do icebergue. Portugal, entre todos os países da OCDE, é aquele em que o desemprego estrutural é o segundo mais alto na faixa dos 45 anos para cima, por isso, não prefigura que estas pessoas vão conseguir arranjar colocação em tempo útil. E não houve clara-

mente um programa de requalificação e de retreino para que essas pessoas eventualmente tornadas redundantes pudessem encontrar uma outra qualificação. Isso revela que um banco lucrativo está a passar o ónus para os contribuintes para pagar o desemprego e a eventual requalificação, não me parece ser decente. O que temos de perguntar ao Governo, ao Presidente da República e aos grupos parlamentares é se estão confortáveis com uma empresa deste perfil, em que não tem nenhuma fundamentação económica para cortar o contrato social implícito e explícito com os seus trabalhadores. A pandemia parou os aviões, mas não parou o setor financeiro, bem pelo contrário, há mais transações, o comércio eletrónico disparou e no cerne disto está a distribuição e o sistema financeiro. O crédito à habitação está a crescer, o crédito às empresas também e, por isso, não há nenhuma razão económica para procurar fazer de forma a bruta aquilo que pode ser feito através de processos naturais de reformas, etc. Se fosse levado a cabo um processo normal, um banco desta dimensão todos os anos terá entre 3 a 4% do seu efetivo em situação de reforma e faz um processo de calibragem que uma empresa normal deve fazer: em cada três a quatro saídas admite um ou dois mais novos e com isso não precisa de fazer um corte brusco. Até aqui, o Santander ia ajustando a sua cobertura geográfica e os seus quadros de pessoal, obedecendo a um ritmo razoavelmente natural, agora parece querer fazer em poucos meses aquilo que em condições normais demoraria três anos. Temos de perguntar o que é que mudou e porque é que um banco prevê ganhar quatro mil milhões à escala mundial precisa de despedir portugueses do banco mais rentável e mais eficiente do grupo inteiro. Será que há um problema connosco?

O Governo costuma pronunciar-se. Aconteceu agora com a Galp com a refinaria de Matosinhos...

Temos de quebrar esse silêncio e é por isso que os bancários vão para a rua protestar.

Já garantiu que vai haver uma concertação de esforços por parte da federação ibérica...

Temos de levar o protesto a todas as cidades portuguesas e a todas as cidades espanholas. As opiniões públicas de um lado e de outro têm de perceber a indignidade deste processo.

“Os trabalhadores que tiveram de abdicar dos seus preciosos m2 para substituir o escritório têm de ser ressarcidos”

“Depois dos bancários terem aguentado a crise sanitária dar zero de aumentos é uma indignidade”

Está previsto os portugueses irem para Espanha manifestarem-se e vice-versa?

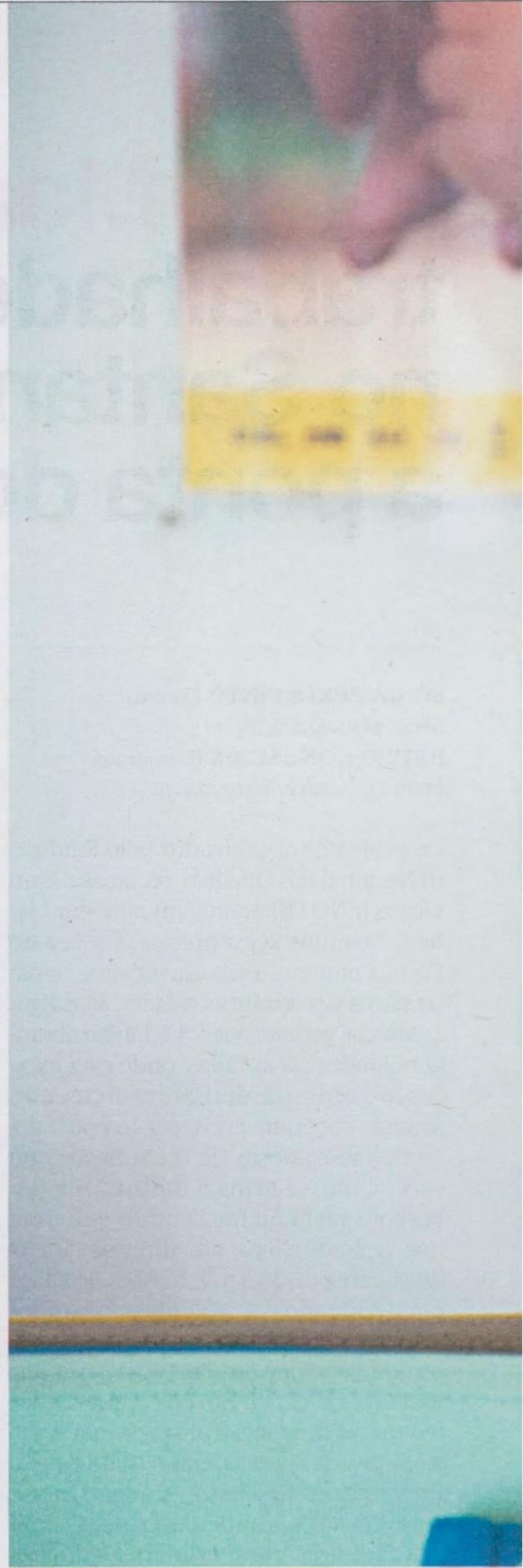
Claro. O sindicato vai levar o seu protesto aos centros de decisão em Espanha e os espanhóis juntar-se-ão a nós, protestando connosco. Vai ser a internacionalização ou a iberização do protesto.

Está previsto fazerem greve por tempo indeterminado?

O conselho geral do SNQTB conferiu mandato à direção e ao presidente por unanimidade para recorrer a todas as formas legítimas legais de luta, inclusive acionar um fundo de greve por tempo indeterminado. Como é óbvio é a última arma, vamos fazendo o nosso caminho, procurando chamar a atenção que este processo não tem sentido. Gostáramos de não ir às últimas consequências, mas nada tememos.

Este não é um caso isolado. Os bancos têm vindo a reduzir a sua estrutura. Acredita que é uma tendência para se manter?

Mas ao mesmo tempo, há bancos que estão a transferir ou criar em Portugal centros de competências, sendo centros de serviços quer para a Europa, quer para o mundo inteiro. O que estamos a assistir é a incapacidade de uns de reinventarem o seu modelo de negócio e a inteligência de





outros de aproveitarem a qualificação dos bancários portugueses e do seu nível remuneratório que é muito competitivo para prestarem serviços para o mundo inteiro. Apesar dos sucessivos anúncios de redução de estruturas, nos últimos três anos, o emprego bancário tem estado razoavelmente estável porque há grandes grupos internacionais bancários que estão a escolher Portugal como um centro de competência. Há bancos na praça que para pre-

“Querer reduzir à concertação social o teletrabalho, onde não há representatividade plena da sociedade é bizarro”

“Se queremos captar investimento estrangeiro, e emprego qualificado temos de regulamentar o teletrabalho”

servarem o emprego têm descontinuado os contratos de *outsourcing* e esses serviços têm passado para os bancários. É um movimento inteligente, dando tempo à organização para se ir adaptando a novos métodos e a novos paradigmas de trabalho. E um dos bancos que o está a fazer diz que está a ter ganhos de poupança, de eficiência e de qualidade muito importantes. Então porque é que uns que conseguem encontrar centros de competência em Portugal, investem e criam emprego e outros só vão falando em fechos e em encerramentos? No caso de uma multinacional como o Santander parece não ter tido a capacidade de fazer outra coisa senão dotar-se de provisões para fazer uma reestruturação massiva.

Acha que a pandemia está a ser usada como desculpa para acelerar estes processos de digitalização?

Os gurus falam muito da digitalização e previam um mundo maravilhoso, onde as pessoas viveriam, comeriam e trabalhariam em casa. E, por isso, apontaram para a morte dos bancos de retalho, das agências bancárias, dos hipermercados, dos centros comerciais e dos restaurantes, mas acho que os últimos 15 dias mostram a saciedade e a evidência de como os portugueses gostaram de voltar aos restaurantes, aos centros comerciais, aos

balcões, etc. Sobre a morte de comércio dito de rua não aconteceu. Acho que o mundo é mais omnicanal, para umas coisas usamos o digital, para outras queremos uma interação humana. Isso é apenas um pretexto porque de facto os comportamentos não se alteraram assim de forma tão dramática. Há gerações de pessoas que agora ficaram mais digitais, mas isso não invalida que não queiram comprar roupa presencialmente ou que dispensem um corte de cabelo na rua. Há espaço para tudo.

A banca enviou muitos trabalhadores para teletrabalho. Isso não terá influência para acharem que alguns podem ser dispensados?

Temos feito vários trabalhos de preparação e de investigação sobre o tema do teletrabalho. Temos procurado sensibilizar a opinião pública, mas acima de tudo, os grupos parlamentares. O que se verificou é que em certas profissões e em profissões mais qualificadas, o teletrabalho não diminuiu a produtividade. O problema é como criar a separação entre o teletrabalho e o ambiente familiar e como afirmar na lei o direito a desligar porque antes as pessoas saíam às 6h da tarde, agora estão permanentemente a trabalhar. Claramente as fronteiras esbateram-se e é preciso repô-las.

Em julho passado, segundo um inquérito que fizeram, disse que o teletrabalho tinha criado um terramoto na vida dos bancários. Esse terramoto já está ultrapassado?

Não. O último inquérito que fizemos diz-nos que a maior parte dos trabalhadores bancários quer se possível ter um modelo híbrido: uns dias em teletrabalho e outros no escritório ou no balcão. São poucas as pessoas que querem o modelo puro de trabalho presencial ou trabalho remoto. Fomos das primeiras organizações a estimar um custo do teletrabalho para saber qual seria o valor justo a ser pago pelas empresas. Tem havido muita espuma em torno desta discussão, mas agora acho que há um bocadinho de consenso na sociedade: há necessidade de desligar, de compensar as pessoas pelos custos e estes não são apenas a água, a luz e o aquecimento que, em Portugal são muito relevantes. Por exemplo, no aquecimento somos o quinto país da Europa, onde é mais caro aquecer a casa, como somos o segundo pior país da Europa em conforto térmico e, por isso, as famílias portuguesas gastam mais em proporção do seu rendimento em aquecimento ou arrefecimento da casa do que qualquer país da

continua na página seguinte >>



>> **continuação da página anterior**

Europa. Isso são custos relevantes e, mesmo se estes não fossem também temos outras questões, como não se poder ligar a televisão, os miúdos não poderem falar alto e o cão não poder ladrar, porque a sala de estar ou a cozinha foram afetadas à atividade profissional. É justo que as empresas que podem libertar e redimensionar os seus escritórios passem as poupanças não aos acionistas que não viram a sua sala de estar devassada, nem têm de mandar calar o cão mas aos trabalhadores que tiveram de abdicar dos seus preciosos metros quadrados para substituir o escritório.

Apontou para 67 euros....

67,4 euros e isso é relativamente indiferente quer seja para um trabalhador dos serviços financeiros, quer das telecomunicações, quer dos serviços de informação, entre outros. Também é importante que se possa legislar senão ficamos outra vez num nin. As entidades patronais sem grande surpresa têm dito que esta matéria deve ser discutida em concertação social. Fico muito contente que a concertação social seja o sítio correto, mas quero lembrar que a concertação social em Portugal continental – já não é assim nos Açores e

na Madeira – representa as forças sociais de 1975. Portanto, representa confederações patronais muito interessantes, mas deixam de fora uma série de setores: construção, imobiliário, sistemas de informação, retalho moderno, etc. e no lado laboral ficou congelado no modelo operário e fabril que não representa os trabalhadores, nomeadamente os dos serviços, das tecnologias, do conhecimento que se agrupam em sindicatos independentes. A concertação social é a concertação social de um grupo fechado há 47 anos que não representa nada porque Portugal naquele tempo, as mulheres não trabalhavam, as pessoas não iam à universidade, etc.

Grande parte das funções que estão representadas na concertação social não podem estar em teletrabalho....

Querer reduzir à concertação social o tema, onde não há representatividade plena da sociedade é bizarro. É preciso lembrar que, em 2020, em plena pandemia, apenas 1,4% das convenções coletivas tiveram regulamentação sobre teletrabalho. Na banca tentámos fazê-lo em 2019, quando ainda ninguém sonhava com a pandemia, e tivemos um redondo não. Em 2020 voltámos à carga quando achámos que era óbvio e elementar regulamentar e tivemos outro redondo não. Pior, houve uma

ideia original por parte do grupo das organizações de crédito que era de poder impor de forma unilateral a obrigação de teletrabalho, sem querer ressarcir os custos. Tem de haver uma imposição legislativa para que a decência possa triunfar. O teletrabalho é importante, mas acabou o estado de emergência, estamos em estado de calamidade e corremos o risco de chegar ao verão e nada disto estar regulado, compensações zero e vamos voltar a ter o modelo de sociedade caótica, congestio-

“A grande dúvida é o que vai acontecer quando os mais fragilizados se confrontarem com o fim das moratórias”

“A nossa preocupação não é evitar o malparado é que centenas de milhares de famílias não sejam desalojadas”

nada, sem conciliar trabalho e família, sem tempo livre. E temos os curiosos que dizem que é tudo muito complexo e não pode ser feito em cima do joelho. É verdade, mas já passaram 15 meses e esse argumento cai. Depois temos aqueles que não querem mexer no Código de Trabalho e querem fazer legislação avulsa, mas de facto têm de mexer no Código de Trabalho em 14 ou 15 artigos. É preciso mexer no código do IRS para que o ressarcimento dos custos dos trabalhadores em teletrabalho não seja objeto de imposto sobre o rendimento, têm de alterar o código dos sistemas de Segurança Social para não serem objeto de tributação e provavelmente vão ter de mexer no IRC para que as verbas que as empresas pagam possam ser deduzidas na totalidade e não tenham de pagar imposto, o que seria um absurdo. Também é preciso mexer na lei dos acidentes de trabalho e pessoais, porque tem de se dizer que o local de trabalho pode ser a residência da pessoa. Isto não é um tema para preguiçosos. Se queremos captar investimento estrangeiro, emprego qualificado, uma das coisas que podemos fazer é estabilizar e regulamentar o teletrabalho porque tenho a certeza absoluta que isso vai atrair muitas empresas para investir em Portugal, abrir centros de competência e de decisão.

Paulo Marcos elogia a “inteligência e sensibilidade” do Governo em ter avançado com as moratórias, mas garante que já deveríamos estar a encontrar uma solução para setembro, quando a medida terminar. Em relação à hesitação de Mário Centeno nesta matéria, confessa: “Muito mal seria que um governador não eleito pelos representantes do povo pudesse ditar política pública”

outros, que não foram aplaudidos, mas prestaram serviços públicos absolutamente relevantes.

Pediu prioridade na vacinação por atenderem ao público...

É elementar. Somos conscienciosos e percebemos que o critério da idade é importante, mas entretanto houve grupos que prestam serviço público e foram vacinados, os chamados da linha da frente na área da saúde, achámos bem e era uma exceção ao critério da idade. Entretanto passaram a haver outros critérios que nos parecem bem, nas escolas, o pessoal docente, mas às tantas esquecemos dos outros. Ficamos na dúvida se existem prioridades ou se era para ver quem gritava ou esbracejava mais. Os bancários não estão disponíveis para protestar por protestar.

Em relação às moratórias estava à espera dessa corrida por parte dos portugueses?

Ninguém previa que ia haver uma pandemia e o Governo teve inteligência e sensibilidade para olhar para o que se estava a passar na Itália, Espanha e Alemanha e replicar um pouco aquilo que tinham feito 10/12 dias antes. Fomos rápidos e decisivos e os partidos tiveram bem por terem percebido que tínhamos de adotar uma solução idêntica para evitar a tragédia do desemprego massivo. Foi muito bom terem-se desenvolvido moratórias, foi uma resposta absolutamente fantástica do setor financeiro e é preciso lembrar que, além da moratória pública que não é muito expressiva, mais expressiva foi o esforço do setor financeiro e dos trabalhadores bancários nas moratórias privadas. Quero acreditar que sem estas moratórias privadas não teria havido a recuperação parcial económica no terceiro e no quarto trimestre do ano passado.

O problema vai ser quando acabar? A Deco tem pedido um prolongamento das moratórias..

Por exemplo, em Espanha em vez de moratórias privadas feitas pelos bancos às suas custas, foram dadas garantias bancárias do Estado. Se calhar todos teríamos preferido que tivesse havido mais garantias estatais e menos moratórias privadas. Os países onde as moratórias acabaram em março, as coisas estão a correr razoavelmente bem. É claro que a grande dúvida é o que vai acontecer em setembro, quando as pessoas e as empresas mais fragilizadas se confrontarem com o fim das moratórias. O que defendemos é relativamente simples: em

setores específicos e no caso das famílias, este período de moratórias deste ano e meio de capital e eventualmente de juros seja consolidado numa única prestação final.

Evitar assim o malparado?

A nossa preocupação não é evitar o malparado, a nossa preocupação é que centenas de milhares de famílias não sejam desalojadas. É injusto que sejam os bancos, os bancários, os acionistas dos bancos e os contribuintes a pagarem eventuais perdas. O que seria sensato era pegar neste período de moratórias e converter numa última prestação e retomar a partir de outubro o plano normal, fazendo fé que a vacinação continue a um bom ritmo.

Mário Centeno tem dito que está à espera de uma resposta da Europa...

Muito mal seria que um governador não eleito pelos representantes do povo pudesse ditar política pública. Um governador que não foi escolhido por nenhum cidadão pode ter opinião, mas muito mal seria que pudesse ditar regras.

Corremos o risco de voltar ao tempo da troika?

Nessa altura, a taxa de desemprego era três vezes superior à de agora e a taxa de sub-emprego era também quase três vezes mais. Essa situação não se verifica nos dias de hoje.

Mas poderá estar mascarada pelas medidas de apoio?

Por isso manda o bom senso que haja responsabilidade social das empresas. Não é só reciclar o papel das impressoras, isso é interessante, mas a responsabilidade social de empresas muito lucrativas, que ganham centenas de milhões de euros não deve passar por despedir trabalhadores só pela ganância de terem

“A ligação dos bancários com os clientes é absolutamente crítica para amortizar os choques do fim das moratórias”

“Em 2016, defendemos a nacionalização temporária do Novo Banco. Era a melhor maneira de proteger todos os interesses”

mais lucros. A responsabilidade social não é irmos pintar uma casa ou ajardinar uma parte de Lisboa, que é importante, a verdadeira responsabilidade social é tratar as pessoas como pessoas. **O próprio sistema financeiro está mais estável..**

Acreditamos que sim, mas lembro-me que em 2008/2009 quando a Lehman Brothers colapsou ninguém pensou que um bater de borboletas chegaria à Europa da maneira que chegou. Esse é o cenário base com que estamos a trabalhar: convém não facilitar em demasia e a ligação dos bancários com os clientes portugueses é absolutamente crítica para amortizar os choques, para detetar eventuais problemas que venham a existir nas famílias. Até agora está tudo a correr razoavelmente bem, mas era prudente que não se espere por setembro para ter uma solução. É importante sensibilizar as autoridades europeias e se não for possível criar mecanismos para que o Estado dê garantias que permitam a estes setores e às famílias mais fragilizadas beneficiarem de um período de tempo. O Presidente da República já disse que a economia só irá recuperar plenamente em 2023, então não faz sentido estar a fustigar as empresas dos setores afetados e as famílias mais fragilizadas com pagamentos que manifestamente não vão conseguir. A nossa responsabilidade como um todo é perceber isto e sermos solidários. Mandaria o bom senso não esperar pelo verão. Sei que estão a haver negociações, mas há aqui um caráter de urgência, pode ser catastrófico e convém atuar desde já.

E como viu a auditoria ao Novo Banco?

Todos os assuntos que dizem respeito aos bancos interessam-nos enquanto cidadãos, enquanto bancários e enquanto sindicalistas. É preciso recordar que, em 2016, o SNQTB defendeu de forma veemente e pública de que devia ter havido uma nacionalização temporária do Novo Banco. Era a melhor maneira de proteger os interesses dos portugueses, das empresas portuguesas e do emprego em Portugal. Isso foi feito em Espanha, onde vários bancos se fundiram, nomeadamente o Bankia, no Reino Unido, em que o Lloyds foi gerido por um português, na Alemanha, em vários bancos regionais e no segundo maior banco comercial da Alemanha. Em Portugal não foi feito.

O tempo veio dar razão? Parece que sim.

Além de não haver essa compensação no teletrabalho também acenam com aumentos zero na banca...

Dizem-nos que isso é uma primeira ronda e que faz parte da estratégia negociada. Não compreendo, depois dos bancários terem aguentado a crise sanitária, de se terem mantido fiéis nos seus postos, de terem prestado serviços essenciais, assegurando a tesouraria das empresas, a fluidez do sistema financeiro, montar moratórias em tempo recorde, etc., dar zero de aumentos é uma indignidade. E é uma indignidade que afeta os que trabalham no ativo, mas também os reformados porque as atualizações das tabelas de reforma são consequência do êxito ou não na negociação coletiva. Temos 42 mil bancários no ativo e mais de 100 mil reformados do setor. Este aumento zero não só é um insulto à capacidade dos bancários de se manterem resilientes durante o pânico e a emergência sanitária, como também é um insulto pelo facto de terem prestado serviço público sem nunca terem sido reconhecidos como tal. Houve outras profissões que foram aplaudidas como heróis e alguém se esqueceu das pessoas das gasolinhas, dos motoristas dos transportes coletivos, dos caixas dos supermercados e dos bancários, entre